Denúncias do PFL atrasam a reforma

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Agravou-se a situação. O presidente José Sarney viajou ontem de manhã para São Paulo, e, de lá, retornou à noite sem dispor de alternativas imediatas para resolver a crise política que há uma semana atinge o governo e o Congresso.

A posição adotada pela Executiva nacional do PFL, acusando o ministro Raphael de Almeida Magalhães de corrupto, não deixa ao presidente da República a menor saída a curto prazo. Ele pretendia promover ampla reforma do Ministério, mas apenas depois de costurar as bases de um novo pacto político-rachar o PMDB, apesar de suas correntes díspares e muitas vezes conflitantes. Assinar o documento que seria conhecido nas próximas horas como "novo compromisso com a Nação", mesmo para os integrantes do Centro Democrático, será arriscado. É claro que eles, e muitos outros, estão dispostos a apoiar o presidente Sarney, a dar sustentação política ao seu governo e a buscar um ponto de entendimento com outros partidos. Mas jamais às custa da cabeça de Raphael de Almeida Magalhães, ou seja, da legenda do PMDB, da forma como está sendo exigida pelos liberais.

Uma saída sempre haverá, para Sarney mas do que ele mais precisa

casso, que não existe para um país como o Brasil.

O que desejo é que a classe política que me apoia, me dê condições para trabalhar livremente, constituindo as equipes que possam dinamizar a administração pública. Nós precisamos de mais trabalho, mais decisão, de mais afirmação, de mais grandeza. E eu tenho a mais absoluta certeza que isso nos encontraremos nos nossos companheiros políticos, que têm nos apoiado através dos partidos e, também, através de suas lideranças no Congresso Nacional e em todos os estados do Brasil.

Como os senhores testemunharam, hoje é um dia de festa em São Gabriel da Cachoeira. Que, agora, não ficará mais isolada. É uma cidade na fronteira do Brasil com a Venezuela e Colômbia, no Alto Rio Negro. Ali, há mais de 50 anos, os padres salesianos fundaram missões, colégios internatos, que hoje abrigam populações descendentes de indígenas. Em alguns colégios desses, mais de dois mil alunos. E lá os encontramos, brasileiros, com alegria, com fé no País. Afirmando o Brasil naquele ponto distante de nossas fronteiras. Quando olhamos na vastidão de nossa pátria, é que tão longe encontramos gente tão boa, nós só temos motivo para redobrar a nossa fé nesse grande Brasil e, sobretudo, no povo brasileiro que construí a nossa pátria.

Os senhores ouviram, também, que eu, quando lá estive, prometi que nós colocaríamos a cidade ligada através de DDD com todo o Brasil e de DDI com todos os países com quem nós falamos. Milhares de pessoas tinham essa aspiração. Mas me tocou, profundamente uma pequena carta, que aqui trouxe, de três meninas, que também pediram para que o presidente fizesse aquele benefício para a cidade. E quando a gente pensa na imensidão dos problemas brasileiros, na pressa, e na reivindicação que muitas vezes nós vemos em vários setores da sociedade brasileira, que estão sem saber esperar, e verificamos um povo tão distante, pedindo apenas um telefone, nós fazemos uma comparação.

Realmente, os que mais precisam são os menos aquinhoados, os que mais precisam são os que

as nossas comunicações, como eu disse, à Europa e às Américas, aumentando em 50% a capacidade dos circuitos internacionais da Embratel via satélite. E aqui nós já vamos tendo um número dentro deste governo, temos aqui a inauguração de uma estação que aumenta 50% da capacidade de todos os circuitos que ligam a Embratel, via satélite.

Com ela, o Brasil fica mais próximo dos países mais distantes. Temos aqui 504 canais que integram nossas comunicações, como eu disse, à Europa e às Américas, aumentando em 50% a capacidade dos circuitos internacionais da Embratel via satélite. E aqui nós já vamos tendo um número dentro deste governo, temos aqui a inauguração de uma estação que aumenta 50% da capacidade de todos os circuitos que ligam a Embratel, via satélite.

Breve, Morungaba responderá pela metade do tráfego total do Brasil com o Exterior. Esse projeto é basicamente nacional e aqui foram investidos CZ$ 200 milhões. E também uma vitória da nossa indústria, que já tem o domínio da fabricação de equipamentos os mais sofisticados que nós precisamos para esse setor. Quero também anunciar ao povo de São Paulo que fazemos hoje, simbolicamente, a entrega de 170 mil novos terminais telefônicos a este Estado. E quero dizer, como já foi dito pelo sr. ministro Antônio Carlos, que só durante esses dois anos nós já instalamos dois milhões de novos terminais telefônicos. O que significa que durante a história brasileira, nós temos 10 milhões de telefones e, nesses dois anos, instalamos 20% dos telefones do Brasil interior. E vamos continuar.

As telecomunicações encurtam distâncias e aproximam os homens no esforço comum do desenvolvimento. Elas facilitam a vida de todos nós. Antigamente, nós dizíamos que o desenvolvimento econômico tinha que ter a infra-estrutura de energia e transporte. Hoje, nós temos que acrescentar: energia, transporte e telecomunicações. Um país que não tem telecomunicações avançadas não será, nunca, um país desenvolvido, uma das características dos países subdesenvolvidos é, sobretudo, a incapacidade que eles têm no setor de comunicações. Outra coisa que eu também desejo dizer, neste instante, é que as facilidades proporcionadas pelos telefones não poderiam continuar restritas às populações de maior poder aquisitivo. O nosso lema é de cunho pelo social e

---

02-10-87 ANC

Retrocesso

Direito é conquista alcançada através dos tempos, com muita paciência. A Constituição do Império de 1824, apesar de outorgada por D. Pedro I, estabeleceu como uma das garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros "que todos poderiam comunicar os seus pensamentos, por palavras e escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos cometidos". A Constituição de 1891, na "Declaração dos Direitos", manteve os mesmos princípios e acrescentou mais um: não seria permitido o anonimato, ou seja, qualquer publicação precisaria ter um responsável que arcasse com os ônus dos abusos. Mais tarde, em 1934, novo avanço, com a nova Constituição. No capítulo dos Direitos e Garantias Individuais estabeleceu-se ser livre a manifestação de pensamento, sem dependência de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um pelos abusos cometidos. Não era permitido o anonimato e era assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos independeria de licença do poder público, não sendo, porém, tolerada a propaganda de guerra ou de processos violentos para a subversão da ordem política ou social. Acrescentava-se, ainda, a proibição para estrangeiros e sociedades por ações ao portador serem proprietários de empresas jornalísticas, devendo só os brasileiros natos responder por sua orientação intelectual ou administrativa.

A Constituição de 1937, da ditadura do Estado Novo, deitou tudo por terra, mas em 1946, com a redemocratização, voltou tudo ao seu lugar. As conquistas foram consolidadas. Mesmo em 1967, quando o movimento de 64 quis passar a limpo a Constituição anterior, rasgada por ele mesmo, essas normas fundamentais da imprensa continuaram. Matreiramente, tirou-se apenas o termo "processos violentos" para os casos de propaganda de subversão da ordem.

Agora, quando se pretende aprimorar a democracia, acontece o inusitado. O projeto do relator Bernardo Cabral, no capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos, fala ser livre a manifestação de pensamento, mas retira a tradicional expressão que proíbe a censura. Veda o anonimato e mantém o direito de resposta, restabelecendo o termo "incitação à violência" como abuso. Só no capítulo "Da Comunicação", ou seja, fora dos direitos e garantias individuais, assegura ampla liberdade aos meios de comunicação, mas nos termos da lei, não como princípio constitucional autônomo. É proíbe a censura ideológica ou política, que a lei também definirá. Deixa de fora a censura jornalística, artística, cultural, educacional, esportiva, literária e quantas outras? Na verdade, estávamos melhor no Império, nesse particular.